

Estudo do Veto nº 25/2021

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 146, de 2019 5 dispositivos vetados

VETO PARCIAL APOSTO POR “CONTRARIEDADE AO INTERESSE PÚBLICO E INCONSTITUCIONALIDADE”

Autoria do projeto:

- Deputado JHC (PSB-AL) e outros

Relatoria na Câmara:

- Deputado Vinicius Poit (NOVO-SP): Parecer proferido em Plenário pela Comissão Especial.

Relatoria no Senado:

- Senador Carlos Portinho (PL-RJ): Parecer proferido em Plenário.

Ementa do projeto de lei vetado:

“Institui o marco legal das "startups" e do empreendedorismo inovador; e altera a [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), e a [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).”

Assunto do Veto:

Marco legal das "startups"

Estudo do Veto nº 25/2021

| DISPOSITIVO VETADO | ASSUNTO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|--|---|--|--|
| <p>25.21.001</p> <p>- "caput" do art. 7º</p> <p>No caso do investidor pessoa física, para fins de apuração e de pagamento do imposto sobre o ganho de capital, as perdas incorridas nas operações com os instrumentos de que trata o art. 5º desta Lei Complementar poderão compor o custo de aquisição para fins de apuração dos ganhos de capital auferidos com venda das participações societárias convertidas em decorrência do investimento em "startup".</p> | <p>Benefícios tributários para investidor pessoa física</p> | <p>Origem: <u>Substitutivo</u> apresentado em Plenário pelo relator Deputado Vinicius Poit (NOVO-SP).</p> <p>Justificativa: “A ideia básica que se visa implementar é de correção do que se ganha com o que se investiu, tomando um conceito de renda como acréscimo ou ganho patrimonial. Para se poder operacionalizar esse instrumento a pessoa física deverá informar todo o seu investimento na sua declaração de imposto de renda e, quando do encontro de contas, apontar os investimentos que ela considera perdidos, perdendo as dívidas, para deduzi-los do lucro na venda das ações.”</p> | <p>“A propositura legislativa estabelece que, no caso do investidor pessoa física, para fins de apuração e de pagamento do imposto sobre o ganho de capital, as perdas incorridas nas operações com os instrumentos de que trata o art. 5º da Lei Complementar poderiam compor o custo de aquisição para fins de apuração dos ganhos de capital auferidos com a venda das participações societárias convertidas em decorrência do investimento em startup. Embora se reconheça a boa intenção do legislador ao criar benefícios de natureza tributária, a medida encontra óbice jurídico por acarretar renúncia de receitas sem apresentação da estimativa do impacto orçamentário e financeiro e das medidas compensatórias, em violação ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art. 125 e art.126 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021.</p> <p>Ademais, a propositura legislativa incorre na inobservância ao disposto no art. 137 da Lei nº 14.116, de 2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021, que estabelece que as proposições legislativas que concedam benefícios tributários devem conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.</p> <p>Por fim, a propositura legislativa está em descompasso com a diretriz constante do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que estabelece a necessidade de redução gradual dos incentivos e benefícios federais de natureza tributária existentes, conforme os parâmetros determinados no referido artigo.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p> |

Estudo do Veto nº 25/2021

| | DISPOSITIVO VETADO | ASSUNTO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|-----------|---|--|---|----------------------------|
| 25.21.002 | <p>- § 1º do art. 7º</p> <p>O investidor poderá escolher quais investimentos em "startup" realizados previamente ao ganho de capital ele utilizará no custo de aquisição.</p> | Benefícios tributários para investidor pessoa física | <p>Origem: <u>Substitutivo</u> apresentado em Plenário pelo relator Deputado Vinicius Poit (NOVO-SP).</p> <p>Justificativa: “A ideia básica que se visa implementar é de correção do que se ganha com o que se investiu, tomando um conceito de renda como acréscimo ou ganho patrimonial. Para se poder operacionalizar esse instrumento a pessoa física deverá informar todo o seu investimento na sua declaração de imposto de renda e, quando do encontro de contas, apontar os investimentos que ela considera perdidos, perdoando as dívidas, para deduzi-los do lucro na venda das ações.”</p> | Idem |
| 25.21.003 | - § 2º do art. 7º | Idem | Idem | Idem |

Estudo do Veto nº 25/2021

| DISPOSITIVO VETADO | | ASSUNTO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|--------------------|--|--|---|----------------------------|
| | A utilização dos valores no custo de aquisição a que se refere este artigo para fins de ganho de capital implica remissão da dívida da "startup". | | | |
| 25.21.004 | <p>- § 3º do art. 7º</p> <p>A utilização dos valores no custo de aquisição a que se refere o "caput" deste artigo somente poderá ser realizada com os instrumentos de que trata o art. 5º desta Lei Complementar e desde que celebrados a partir da entrada em vigência desta Lei Complementar.</p> | Benefícios tributários para investidor pessoa física | <p>Origem: Substitutivo apresentado em Plenário pelo relator Deputado Vinicius Poit (NOVO-SP).</p> <p>Sem justificativa específica.</p> | Idem |

Estudo do Veto nº 25/2021

| DISPOSITIVO VETADO | ASSUNTO | ORIGEM/JUSTIFICATIVA | RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO |
|--|--|---|---|
| <p>25.21.005</p> <p>- inciso V do "caput" do art. 294-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 16 do projeto</p> <p>nos §§ 4º e 6º do art. 4º e no art. 4º-A desta Lei, quanto à forma de apuração do preço justo e sua revisão.</p> | <p>Condições facilitadas para o acesso de companhias de menor porte ao mercado de capitais</p> | <p>Origem: Substitutivo apresentado em Plenário pelo relator Deputado Vinicius Poit (NOVO-SP).</p> <p>Sem justificativa específica.</p> | <p>“A propositura legislativa estabelece que a Comissão de Valores Mobiliários regulamentaria as condições facilitadas para o acesso de companhias de menor porte ao mercado de capitais e que seria permitido dispensar ou modular a observância ao disposto nos § 4º e § 6º do art. 4º e no art. 4º-A da Lei nº 6.404, de 1976 - Lei das Sociedades por Ações, quanto à forma de apuração do preço justo e à sua revisão.</p> <p>Embora se reconheça a boa intenção do legislador, a propositura legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que o dispositivo nada acrescenta ao arcabouço atualmente vigente, quanto à apuração do preço justo em ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro e por aumento de participação. Quanto à revisão de preço, a alteração flexibilizaria o direito dos acionistas minoritários atualmente consolidado no art. 4º-A da Lei nº 6.404, de 1976 - Lei das Sociedades por Ações, o que não seria benéfico para o bom funcionamento dessas operações e para o equilíbrio entre os ofertantes e os acionistas, sem prejuízo do tratamento especial conferido a casos plenamente justificados, atualmente possível nos termos previstos na Instrução nº 361, de 5 de março de 2002, da Comissão de Valores Mobiliários.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p> |